



A historiografia, o historiador e os arquivos públicos municipais: breve análise

FILOMENA LUCIENE CORDEIRO REIS

Introdução

Este estudo apresenta reflexões relativas à escrita da história e a importância dos arquivos municipais para a pesquisa de historiadores. Nesse sentido, verificou-se a necessidade de se pensar o papel do historiador e a escrita da história realizada por memorialistas e cronistas. Refletiu-se também acerca dos bens documentais custodiados pelo Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes da Câmara Municipal de Montes Claros, Minas Gerais, que se constituem fontes para se pensar ou repensar a história da cidade, originando outras versões historiográficas sob o olhar do historiador atento aos problemas de pesquisa propostos.

Material e métodos

A. Material Utilizado

Esse estudo teve como objetivo pensar a escrita da História, o historiador e os arquivos públicos municipais, em especial, o Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes da Câmara Municipal de Montes Claros. Para tanto, utilizou-se como fonte de pesquisa os documentos do referido Arquivo, sobretudo os trabalhos produzidos através do acervo dessa Instituição assim como o Projeto de Lei nº 368 de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador [1].

B. Metodologia

Os procedimentos adotados nesse estudo consistiram em investigar os documentos existentes no Arquivo Público Vereador - Ivan José Lopes da Câmara Municipal de Montes Claros, os quais geraram produções científicas como monografias, dissertações, teses e livros. Além dessa averiguação também analisamos o Projeto de Lei nº 368 de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador, com o objetivo de entender o papel e função do historiador na nossa sociedade.

Resultados

Montes Claros tem sua história registrada por meio dos vestígios deixados ao longo do tempo pelos moradores da cidade tanto nas instâncias particulares como públicas. Os montesclarenses no seu cotidiano produz e/ou recebe documentos porque ao viver registra de forma intencional ou não suas práticas sociais. Como sabemos, do nascer ao morrer, há documentos obrigatórios que o Estado nos imprime para que sejamos cidadãos. No entanto, outros documentos emergem das nossas histórias de vida ao nos relacionarmos.

Cartas de mães, filhos, maridos, esposas, irmãos, amigos, namorados, enfim, são escritas com a finalidade de concretizar a comunicação, especialmente quando temos um dificultador como a distância. Hoje, com a tecnologia, as distâncias foram diminuídas drasticamente, proporcionando e facilitando encontros, apesar de existir muitas controvérsias em relação a essa questão que não nos cabe discutir nesse momento. O fato é que, o homem sempre manteve a comunicação uns com os outros e com o mundo e, igualmente, se preocupou em deixar registrados seus passos. O historiador, sobretudo, deve estar atento a esses novos registros para, utilizando-os como fonte, possa interpretá-los de forma coerente.

Essa preocupação em contar a nossa história premente na humanidade nos revela os memorialistas e cronistas, que escreveram, principalmente sobre o lugar onde viviam. A história da historiografia nos relata como a história vai se concretizando entre os povos para que sua trajetória não se perdesse. Os memorialistas e cronistas, nesse sentido, foram imprescindíveis para que as histórias, especialmente das pequenas cidades não deixassem de se registrar com o tempo. Com enfoque na História Tradicional e ressaltando a política encontramos muitos trabalhos que narram a história local e regional, preocupação dos memorialistas e cronistas. Montes Claros está inserida nessa realidade. O primeiro curso de História em Montes Claros surge somente em 1964 e, nasce como licenciatura. Dessa forma, a formação de historiadores em Montes Claros começou há aproximadamente cinco décadas e vem se desenhando de forma paulatina.

Apoio financeiro: FAPEMIG

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes sob o nº 07618612.9.0000.5146.



FÓRUM FEPEG

ENSINO • PESQUISA
EXTENSÃO • GESTÃO

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



APOIO:



24 a 27 setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

A percepção de novas possibilidades historiográficas constitui, no entanto, um processo recente que surge ganhando novos contornos no decorrer dessa trajetória de formação dos profissionais em história.

Discussão

O Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes, arquivo público municipal da Câmara de Montes Claros, Minas Gerais, possui um acervo riquíssimo que vem possibilitando aos estudiosos e pesquisadores, principalmente locais, pensarem por meio das suas leituras, a cidade e as vivências de seus moradores e, dessa forma, surgem novas versões historiográficas. A cidade, a partir de tantas possibilidades de fontes, mas, especialmente através desse acervo, tem sido (re)analisada e muitas outras histórias tem vindo à tona, que não seriam imagináveis se não existissem esses documentos.

Pesquisar o acervo desse Arquivo é penetrar nas muitas histórias de Montes Claros, pois, ao ler os seus documentos ficamos vislumbrando para depois, ou seja, um futuro próximo, estudos com tantas probabilidades que nos oferecem. São temas em demasia que inquietam nosso espírito investigativo, especialmente como historiador, ao consultar aquela documentação. Estudar as possibilidades para escrever a história da sociedade, nesse caso montesclareense, a partir da documentação desse Arquivo é bastante interessante, pois, verificamos um acervo disponível para pesquisa e abertos a questionamentos diante dos problemas apontados pela escrita da história.

O referido Arquivo nos desperta inquietações e incômodos, dentre eles: Afinal quem utiliza o acervo documental dos arquivos públicos de Montes Claros? Com que intuito? Como são utilizados os documentos dos arquivos públicos de Montes Claros? Para quê é usado? De que forma é usado? Por quem é usado? O que produzem com esse acervo? Qual a repercussão da produção de trabalhos historiográficos a partir do acervo dos arquivos públicos de Montes Claros? Constrói memórias? Constrói que história ou historiografia? Com qual objetivo?

Essas indagações nos levam a refletir acerca do papel do historiador e da escrita da história de Montes Claros. Atualmente verificamos muitos trabalhos sendo produzidos, tanto na academia como em outras instituições ou por particulares que constam como trabalhos historiográficos. Em 2012, por exemplo, houve os lançamentos dos livros “As posturas da Câmara Municipal de Montes Claros de Formigas - 1858” de Dario Teixeira Cotrim em 17 de maio; em 21 de agosto, “História e memória: aspectos sociais políticos e religiosos do catolicismo norte-mineiro” de Franscino Oliveira Silva; e em 23 de outubro, “Montes Claros em Crônicas”, de Yvone Silveira. Há muitas outras publicações que não vamos enumerar nesse momento, mas são pesquisas, cada uma com um estilo próprio e que apresenta a formação dos autores, inclusive temáticas. O fato é que há uma produção historiográfica sobre Montes Claros, publicada ou não, que remete aos documentos sob custódia do Arquivo Público Vereador - José Ivan Lopes.

Constatamos no decorrer do estudo que a escrita da história de Montes Claros possui várias versões e que existe uma diversidade de profissionais – advogado, bancário, matemático, artista plástico, jornalista, pedagogo, militar, médico, professor, dentre outros -, que se aventuram em fazê-la. Essa comprovação demonstra a riqueza de possibilidades para se pensar a cidade e, sendo assim, a História solicita o auxílio de outras ciências para consecução do seu trabalho. A interdisciplinaridade é salutar para a história e a historiografia, todavia, o profissional da história deve executar o seu *metier*. Essa é uma discussão atual entre os historiadores, inclusive no Senado Federal, com Projeto de Lei nº 368 de 2009, que objetiva regulamentar o exercício da profissão de Historiador, apresentada pelo Senador Paulo Paim. Nossa proposta possibilitou discutir a referida Lei. Ela está sendo apresentada para mostrar que a escrita da história, em especial a História Local e Regional, é realizada por outros profissionais além dos historiadores, provocando em âmbito nacional a reflexão acerca da sanção de uma lei que visa preferir qual é o papel desse profissional. Esse debate é bastante controverso, havendo quem seja contra ou a favor. No entanto, verificamos que o historiador conhece a sua função social e o seu *metier* no sentido de poder conviver com outros profissionais que escrevem história e, inclusive utilizar esse material como fonte para suas pesquisas.

Nesse contexto a Associação Nacional de História – ANPUH acompanha o processo, encaminhando documentos como a manifestação de São Paulo, que foi incluída ao Projeto em 10 de outubro de 2012. Trazer essa discussão para essa pesquisa é pertinente, no sentido em que nos propomos a pensar a historiografia de Montes Claros. Conforme dizemos anteriormente, esse é um tema polêmico, mas considerado relevante, pois se encontra em debate, visando à promulgação de uma lei que norteará a profissão do historiador. A escrita da história pode ou poderá ser feita por qual profissional? Questão que apresenta conflitos, embates e tensões, sobretudo nesse mundo capitalista que aloca as pessoas ou profissionais no mercado de trabalho.



Considerações finais

Fazer história e historiografia em Montes Claros por meio do Acervo do Arquivo Público Municipal Vereador - José Ivan Lopes é uma das possibilidades para os pesquisadores montesclarenses, especificamente os historiadores. Essa documentação se revela, fonte imprescindível e inesgotável para se pensar várias dimensões experimentadas pelos cidadãos dessa cidade a partir das leituras do historiador que se defronta diante desses documentos com problemas bastante diversificados e se propõe a indagá-los e, assim analisar e explicar o universo social dos seus moradores. Enfim, conforme nos ressalta Tompson, “Voltemos ao passado para o presente e consideremos os problemas de se escrever a história da sociedade” [2]. É necessário nos depararmos com o presente, principalmente diante de tantos embates e debates acerca do papel do historiador nos nossos dias, e voltarmos ao passado, levando em consideração os problemas da escrita da história.

Referências

- [1] BRASIL. Senado. *Projeto de Lei nº 368 de 2009, que regula o exercício da profissão de Historiador e dá outras providências*. Brasília, 2009, p. 1. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92804>. Acesso em: 29 out. 2012.
- [2] THOMPSON, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.